

# Sumário

## INTRODUÇÃO

### CAPÍTULO 1 – TEORIA GERAL DO PROCESSO COLETIVO DO TRABALHO

1. Gênese e evolução histórica das ações moleculares
2. Breve evolução histórica. Antecedentes dos direitos romano e anglo-saxão
3. As *class actions* do sistema norte-americano
4. Desenvolvimento das ações coletivas no Brasil
5. O microsistema de tutela coletiva na Constituição Federal de 1988

### CAPÍTULO 2 – OS PRINCÍPIOS DO MICROSSISTEMA PROCESSUAL DE TUTELA COLETIVA TRABALHISTA

1. Noção de princípio
2. Princípio do acesso à justiça
3. Princípio da competência adequada
4. Princípio do interesse jurisdicional no conhecimento do mérito do processo coletivo
5. Princípio da máxima prioridade da tutela jurisdicional coletiva
6. Princípio da disponibilidade motivada da ação coletiva
7. Princípio da presunção da legitimidade *ad causam* ativa pela afirmação do direito
8. Princípio da não taxatividade da ação coletiva
9. Princípio do máximo benefício da tutela jurisdicional coletiva
10. Princípio da máxima efetividade do processo coletivo
11. Princípio da máxima amplitude da tutela jurisdicional coletiva
12. Princípio da obrigatoriedade de atuação do Ministério Público
13. Princípio da universalidade da jurisdição e da primazia da tutela coletiva adequada
14. Princípio do ativismo ou protagonismo judicial
15. Princípio da ampla informação da demanda à sociedade
16. Princípio da extensão subjetiva da coisa julgada *secundum eventum litis* e princípio do transporte *in utilibus*
17. Princípio da adequada representação dos legitimados

### CAPÍTULO 3 – O MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO E SEUS INSTRUMENTOS DE TUTELA

1. A Constituição Federal de 1988 como precursora da reconfiguração funcional do *parquet* laboral
2. O inquérito civil e seus desdobramentos
3. Inquérito civil como instituto de natureza constitucional
4. Demais referências nos textos legais federais e estaduais
5. Natureza jurídica do inquérito civil
6. Papéis atribuídos ao inquérito civil
7. Principais características do inquérito civil
8. Procedimento preparatório
9. Desdobramentos do inquérito civil
  - 9.1. Arquivamento
  - 9.2. Diligências

- 9.3. Celebração de TAC – Termo de Ajuste de Conduta
  - 9.3.1. Objeto do TAC
- 9.4. Ajuizamento de Ação Civil Coletiva
10. Possibilidade de desarquivamento do inquérito civil
11. Atribuições do Ministério Público do Trabalho – coordenadorias
12. Poder de requisição
13. Poder de notificação
14. Poder de recomendação
15. Poder de inspeção e de realização de diligências
16. Poder de realização de audiências públicas

#### CAPÍTULO 4 – A DIMENSÃO OBJETIVA DOS DIREITOS HUMANOS FUNDAMENTAIS

1. A dimensão objetiva dos direitos humanos e sua eficácia
2. A dimensão subjetiva dos direitos humanos fundamentais
3. A produção de efeitos das normas de direitos fundamentais nas relações privadas
4. A doutrina do *state action*
5. Teoria da produção dos efeitos indiretos ou mediatos
6. Teoria dos efeitos diretos ou imediatos
7. Trabalho degradante e escravo e sua proteção legal
8. Trabalho escravo contemporâneo
9. As convenções do OIT sobre o trabalho escravo
10. Canais de acesso ao sistema de justiça no combate à escravidão, em todas as suas formas
11. A negociação coletiva de trabalho como instrumento de eficácia na horizontalização dos direitos humanos do trabalho
12. Prática da eficácia horizontal dos direitos humanos nas relações de trabalho
13. *Dumping social*
  - 13.1. Conceito de *dumping social*
  - 13.2. Natureza jurídica do *dumping social*
  - 13.3. Legitimidade para o combate ao *dumping social*
  - 13.4. Órgão competente para julgar o *dumping social*
  - 13.5. Formas de combate e possibilidade de cumulação do dano moral individual e coletivo por *dumping social*
  - 13.6. Posição dos Tribunais do Trabalho em relação ao *dumping social*

#### CAPÍTULO 5 – O DANO MORAL COLETIVO TRABALHISTA

1. Um conceito de dano moral coletivo
2. Natureza jurídica do dano moral ou dano extrapatrimonial individual e coletivo
3. O objeto do dano moral coletivo. Direitos difusos, coletivo e individuais homogêneos
4. Permissivo legal
5. Caracterização do dano moral ou dano extrapatrimonial coletivo
6. Possibilidade de reparação do dano moral ou extrapatrimonial coletivo
7. Funções da reparação por dano moral ou extrapatrimonial coletivo
8. A determinação do valor da indenização por dano moral ou dano extrapatrimonial coletivo
9. Fixação objetiva do valor da indenização por dano moral ou dano extrapatrimonial coletivo

10. Possibilidade de cumulação do dano moral ou extrapatrimonial coletivo e do dano moral ou extrapatrimonial individual
11. Diferenciações entre o dano moral ou extrapatrimonial individual e o dano moral ou extrapatrimonial coletivo no direito do trabalho
12. Posição dos tribunais do trabalho quanto à natureza do dano moral ou extrapatrimonial coletivo

## CAPÍTULO 6 – PRINCIPAIS AÇÕES COLETIVAS OBJETIVANDO A REPARAÇÃO POR DANO MORAL OU EXTRAPATRIMONIAL COLETIVO

1. Constituição Federal de 1988 e as ações coletivas ou moleculares
2. A ação civil pública
  - 2.1. Objeto da ação civil pública
  - 2.2. Natureza jurídica
  - 2.3. Obrigações de fazer, não fazer e de suportar
  - 2.4. Cominação de multas e *astreintes* na ação civil pública
  - 2.5. Competência funcional territorial
  - 2.6. Antecipação dos efeitos da tutela
  - 2.7. Alcance e efeitos da coisa julgada
3. Ação civil coletiva
  - 3.1. Conceito
  - 3.2. Natureza jurídica da ação civil coletiva
  - 3.3. Objeto da ação civil coletiva
  - 3.4. Fungibilidade das ações coletivas
  - 3.5. Diferenciação entre ação civil coletiva e consórcio multitudinário
  - 3.6. Legitimidade ativa
  - 3.7. A legitimidade do Ministério Público do Trabalho para a defesa dos direitos individuais homogêneos
  - 3.8. Litisconsórcio ativo
    - 3.8.1. Dos colegitimados
    - 3.8.2. Dos trabalhadores individuais
    - 3.8.3. Legitimidade passiva
  - 3.9. Competência
    - 3.9.1. Competência material e funcional
    - 3.9.2. Competência territorial
  - 3.10. Tutelas de urgência na ação civil coletiva
  - 3.11. Sentença genérica
  - 3.12. Coisa julgada *erga omnes* e *secundum eventum litis*

## CAPÍTULO 7 – TUTELA DO DANO PATRIMONIAL COLETIVO

1. Negociação coletiva de trabalho
  - 1.1. Autonomia privada coletiva
  - 1.2. Conceito de negociação coletiva de trabalho
  - 1.3. Correntes doutrinárias sobre a supremacia do negociado sobre o legislado
  - 1.4. Natureza jurídica da negociação coletiva de trabalho
  - 1.5. A negociação coletiva de trabalho na Constituição Federal
  - 1.6. Os limites constitucionais e infraconstitucionais da negociação coletiva de trabalho
    - 1.6.1. A reforma trabalhista em Portugal sob a bandeira da austeridade
  - 1.7. Os desdobramentos da negociação coletiva de trabalho

- 1.7.1 Instrumentos jurídicos que defluem da negociação coletiva de trabalho bem-sucedida
- 1.7.2 Validade, coercibilidade, vigência e prorrogação da CCT e do ACT
- 1.7.3 Efeitos jurídicos da negociação coletiva de trabalho malsucedida
- 1.7.4 Dissídio coletivo de trabalho
- 1.7.5 O “comum acordo” (§ 2º do art. 114 da Constituição Federal)
- 1.7.6 O papel do Ministério Público do Trabalho nos dissídios coletivos
- 1.7.7 Dissídio coletivo ajuizado pelo Ministério Público do Trabalho
- 1.7.8 Sentença normativa
- 1.7.9 Dissídio coletivo de greve de servidores públicos estatutários
- 1.7.10 Tutela provisória de urgência com caráter satisfativo
- 1.7.11 Coisa julgada formal e material na sentença normativa
- 1.8. Ação de cumprimento
  - 1.8.1 Conceito
  - 1.8.2 Natureza jurídica da ação de cumprimento
  - 1.8.3 Competência
  - 1.8.4 Objeto da ação de cumprimento
  - 1.8.5 Coisa julgada
    - 1.8.5.1 Coisa julgada *erga omnes*
    - 1.8.5.2 Coisa julgada *secundum eventum litis*
    - 1.8.5.3 Coisa julgada *rebus sic stantibus*
    - 1.8.5.4 Litispêndência da ação de cumprimento coletiva com a ação individual
- 1.9 A aplicabilidade de arbitragem na resolução de lides individuais de trabalho
  - 1.9.1 A crescente importância da arbitragem
  - 1.9.2 Conceito de arbitragem
  - 1.9.3 O desenvolvimento do instituto da arbitragem no direito brasileiro
  - 1.9.4 Posição do Tribunal Superior do Trabalho quanto à aplicabilidade da arbitragem em lides individuais
  - 1.9.5 Posição dos Tribunais Regionais do Trabalho quanto à aplicabilidade da arbitragem às lides individuais
  - 1.9.6 Posição da doutrina quanto à aplicabilidade da arbitragem nas lides individuais de trabalho
  - 1.9.7 Considerações
- 1.10 Mandado de Segurança Coletivo
  - 1.10.1 Mandado de segurança coletivo
  - 1.10.2 Legitimidade do Ministério Público do Trabalho para propor mandado de segurança coletivo
  - 1.10.3 Recursos
  - 1.10.4 Prazos recursais
- 1.11 Ação anulatória (de nulidade) de cláusula ou de acordo ou convenção coletiva de trabalho
  - 1.11.1 Denominação
  - 1.11.2 Natureza jurídica
  - 1.11.3 Objeto
  - 1.11.4 Legitimidade ativa
  - 1.11.5 Legitimidade passiva

- 1.11.6 Competência material para julgamento das ações anulatórias
  - 1.11.7 Competência hierárquica ou funcional para julgamento das ações anulatórias
  - 1.11.8 Reflexos processuais da decisão judicial
2. O novo Código de Processo Civil e as ações coletivas após a Lei n. 13.475/2017 e a Medida Provisória n. 808/2017

**CONCLUSÕES**

**REFERÊNCIAS**

**ANEXOS**